



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2024

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, informações a respeito da onda de fraudes no e-commerce que tem assustado vendedores e consumidores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito da onda de fraudes no e-commerce que tem assustado vendedores e consumidores.

- 1) Existe uma estratégia nacional para combater crimes cibernéticos relacionados ao comércio eletrônico?
- 2) Como o governo está colaborando com empresas de tecnologia e plataformas de e-commerce para prevenir fraudes?
- 3) O que tem sido feito em termos de proteção ao consumidor?

Justificativa

As fraudes em plataformas de e-commerce têm se tornado uma preocupação crescente para consumidores e empresas. Com o aumento das transações online, criminosos têm desenvolvido métodos cada vez mais sofisticados para enganar usuários desavisados. A engenharia social é uma das principais táticas utilizadas, onde o golpista manipula a vítima para obter informações ou ações desejadas.¹

Um dos golpes mais comuns é o do falso pagamento. Nesse esquema, o fraudador cria um comprovante falso de depósito e o envia ao vendedor,

¹ <https://oantagonista.com.br/brasil/nova-onda-de-fraudes-no-e-commerce-assusta-vendedores-e-consumidores/>





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 01/04/2025 12:19:47.947 - Mesa

RIC n.1067/2025

alegando que o dinheiro será creditado em breve. Esse golpe é uma variação do golpe do envelope vazio, onde o criminoso deposita um envelope sem dinheiro em um caixa eletrônico e obtém um comprovante para enganar a vítima.

Os golpistas estão se aproveitando de brechas nos sistemas de pagamento, falhas nas políticas de reembolso e até da negligência das próprias empresas para lucrar às custas de vendedores e consumidores.

A consequência dessa negligência é o enfraquecimento da confiança no e-commerce. Tanto vendedores quanto consumidores se sentem inseguros, o que pode levar a uma retração do mercado digital e um aumento nas exigências burocráticas para transações online. Pequenos empreendedores são os mais afetados, pois não possuem estruturas para lidar com prejuízos recorrentes e acabam desistindo das vendas online.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 01 de abril de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM



* C D 2 5 5 3 0 0 8 5 1 9 0 0 *